

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELA ATIVIDADE TURÍSTICA: UMA POSSIBILIDADE

Sandra Regina Zúniga de Souza Bezerra*

RESUMO: O presente trabalho trata a educação ambiental a partir da atividade turística com vistas à sustentabilidade. A abordagem propõe a utilização da atividade turística na região dos denominados “municípios lindeiros” (Oeste paranaense), como veículo difusor de práticas de conservação dos recursos de maneira sustentável. A sustentabilidade é tratada em quatro pilares: o ambiental, o econômico, o social e o cultural, abordando os recursos naturais, econômicos e socioculturais. Propõe-se, através do uso turístico dos recursos naturais, fundamentar a prática de educação ambiental de grande abrangência, considerando-se habitantes e turistas. A sustentabilidade econômica é proposta através da formatação da atividade turística regionalizada, ou seja, envolvendo os vários municípios. A sustentabilidade social e cultural é proposta através de um levantamento dos aspectos relativos à cultura regional, tratando tais elementos como balizadores do equilíbrio do relacionamento entre a população local e os turistas. No cerne das abordagens, a educação ambiental é tratada como alternativa para a busca do comprometimento de todos, com benefícios da sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental; sustentabilidade; turismo; municípios lindeiros.

ENVIRONMENTAL EDUCATION BASED ON TOURISM ACTIVITY: A POSSIBILITY

ABSTRACT: The present study deals with environmental education based on tourism activity seeking sustainability. This approach proposes the use of tourism activities in a region known as “borderline towns” (Western Paraná State), as propagating vehicles of sustainable practices for the conservation of resources. Sustainability is treated based on four pillars: environmen-

* Docente do curso de Turismo e Hotelaria do Cesumar – CESUMAR - Mestranda do programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembí Morumbi – São Paulo/SP. E-mail: sandrazuniga@cesumar.br; sandra.zuniga@bol.com.br

tal, economic, social and cultural, involving natural, economical and socio-cultural resources. What is sought, through the use of tourism's natural resources, is to fundament the wide-scope environmental education practice, taking into consideration local inhabitants and tourists. Economical sustainability is proposed by formatting the regionalized tourism's activity, in other words, involving several towns. Social and cultural sustainability is proposed by searching the aspects of the region's culture, dealing with such elements as references in the relationship balance between the local population and tourists. At the center of this approach, environmental education is treated as an alternative aiming at everyone's commitment, benefiting sustainability.

KEYWORDS: Environmental Education; sustainability; tourism; borderline towns.

INTRODUÇÃO

Apenas recentemente a cidadania ambiental ingressou no temário de interesse da humanidade. A principal razão da luta pela preservação da natureza é a crise socioambiental sem precedentes que atinge o planeta e não sugere nenhuma recuperação posterior. A noção de cidadania ambiental é indissociável de uma contextualização social e cultural. A cidadania, assim como o meio ambiente, esta associada ao modo de vida das comunidades.

Por vezes colocou-se como cerne das discussões sobre o meio ambiente a superpopulação do planeta e sua conseqüente aglomeração nas grandes cidades; depois, as questões relacionadas ao uso dos recursos e seus conseqüentes resíduos ocuparam lugar de destaque.

Neste estudo, que versa sobre educação ambiental a partir da atividade turística, o eixo é o modo de vida da comunidade. Na difusão do conceito de responsabilidade ambiental e cidadania ambiental, considera-se uma responsabilidade compartilhada e difundida numa concepção participativa em três esferas de atuação: administração pública, sociedade e indivíduo.

O turismo apresenta-se neste trabalho não simplesmente como uma atividade econômica, ou como "fluxo de pessoas", mas especialmente como um fenômeno capaz de desenvolver na população local a auto-estima e o respeito por seus recursos. Especificando as atividades de ecoturismo, esse fenômeno só é possível através da educação ambiental, em que se entende por ambiente a natureza do local, a economia da região e sua sociedade.

Os chamados municípios lindeiros, que circundam a maior hidroelétrica do mundo, têm peculiaridades que os distinguem substancialmente de seus congêneres no Brasil afora. São dezesseis municípios banhados pelo reservatório de Itaipu, sendo quinze deles no Estado do Paraná e um no Estado do Mato Grosso do Sul. Desde o início da década de 70 esses municípios assistiram à concretização de três feitos fantásticos da natureza humana: a construção de uma obra de engenharia monumental, um acordo diplomático sem precedentes e a busca incessante pelo equilíbrio do hábitat através da operação “Mymba Kuera”.

Hoje essas cidades apresentam características que as destacam como diversidade étnico-cultural, excelente qualidade de vida, características européias e, até mesmo excelente infra-estrutura turística. Mas talvez hoje, a característica comum a estes dezesseis municípios seja somente a orla do reservatório de Itaipu. Entre eles, existe muita diversidade quanto à utilização do “bônus” da proximidade da maior hidroelétrica do mundo.

Mesmo considerando-se que o turismo, enquanto atividade econômica, é relativamente recente, são inúmeros os casos de localidades destruídas ambiental, social e culturalmente pelo turismo de massa, como são também inúmeros os casos de planejamento de uma destinação turística que acabaram por sucumbir pelas pressões econômicas.

Um olhar menos atento pode enxergar neste trabalho, um “modelo de planejamento turístico”, o que em determinada perspectiva não deixa de ser. O diferencial deste trabalho é a proposta de uma ótica responsável e ética na busca do desenvolvimento. Essa premissa pode ser claramente ilustrada com a reflexão de Irving (2002, p. 32):

[...] é fundamental que o ecoturismo não seja entendido como a solução para os problemas de pobreza rural ou emblema político-partidário, e sim como uma alternativa econômica de baixo impacto ambiental se bem gerenciada, capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma dada região; e, ainda, permitir, através do simbólico e do lúdico, a aprendizagem de uma nova atitude de respeito aos valores ambientais e culturais, e a consolidação de uma nova postura ética, de respeito à natureza e ao ‘outro’, neste caso, representada pelos demais elementos das sociedades humanas e pelas gerações futuras

Assim sendo, este estudo apresenta-se como proposta de integração da comunidade dos municípios lindeiros na busca da sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, tendo o ecoturismo e a educação

ambiental como molas propulsoras. Não se objetiva, contudo, apontar o histórico de “custo ambiental” da região; ao contrário, buscar-se-á aqui olhar para o futuro, uma vez que ações imediatas se refletem no futuro.

Num estudo histórico, poder-se-ia concluir que boa parte da população dos municípios lindeiros viu sua história ser mudada, mas não atentou para a importância dessas mudanças. Isso se agrava ao considerarmos que muitas dessas cidades tiveram um grande avanço nos diversos setores da economia graças aos *royalties* repassados pela Itaipu Binacional. Mas mesmo com os benefícios dos *royalties*, da história comum destes municípios ou de suas características peculiares, não existe uma aglutinação de forças capaz de consagrar a região como destinação turística.

Os benefícios do turismo enquanto atividade econômica com grande potencial de geração de empregos e distribuição de renda são bastante difundidos. Talvez, a difusão de conceitos como estes, que tratam o turismo como a panacéia econômica para as comunidades, fragilize ainda mais os recursos, expondo-os aos impactos do turismo de massa.

Neste trabalho, o enfoque está na capacidade de conservação de recursos através do ecoturismo e de envolvimento e conscientização das comunidades e demais atores, através da educação ambiental. Propõe-se um caminho na busca da sustentabilidade equitativa de toda a região, através do ecoturismo e da conscientização da comunidade, potencializando os benefícios e minimizando os impactos da atividade.

2. ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE

Para abordagem do conceito de ecoturismo, faz-se necessário conceituar a “atividade maior”, ou seja, o turismo. O conceito de turismo é uma matéria bastante controversa. A palavra *turismo* não apareceu na língua inglesa senão no começo do século XIX. A palavra *tour* (de origem etimológica do hebreu antigo) estava mais associada à idéia de uma viagem ou turnê teatral do que à idéia de um indivíduo “viajando somente por prazer, que é a acepção em uso atualmente”. Hoje os conceitos mais difundidos tratam o turismo como ciência, como arte, como atividade econômica, como fluxo de pessoas, ou ainda como fenômeno social.

Na Declaração de Manilha, em 1980, uma publicação pioneira e inovadora, a OMT, enfatizou os valores sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos do turismo, expressos no seguinte texto (OMT, 1994):

A proteção, enriquecimento e melhoria de diversos componentes do ambiente humano estão entre as condições fundamentais para o desenvolvimento harmonioso do turismo. Da mesma maneira, o gerenciamento racional do turismo pode contribuir de forma significativa para a proteção e o desenvolvimento do ambiente físico e do patrimônio cultural como também à melhoria de qualidade de vida [...] turismo aproxima as pessoas e cria consciência sobre as diversas formas de vida, tradições e aspirações.

Pela diversidade das definições, pode-se perceber que o turismo é um fenômeno complexo. Para este trabalho ele representa um caminho, uma oportunidade primordial à comunidade, ao ambiente e à sociedade.

A relação entre turismo, ecoturismo e turismo sustentável é bastante próxima. As principais preocupações com o meio ambiente como elemento integrante do entorno centram-se nos impactos resultantes da produção de atividades econômicas aplicadas em nome do desenvolvimento.

A preocupação é focada no processo de degradação sofrido pelos recursos e o seu grau de reversibilidade. A atividade turística tem impactos consideráveis sobre o entorno, pois o turismo pode ser visto como um consumidor específico de recursos naturais.

A literatura especializada apresenta vários casos em que crises e sinais de estresse são resultantes dos impactos ambientais do turismo. É por isso que, ao redor do mundo, os países adotam diferentes prioridades com relação ao meio ambiente, sendo bastante diversos os níveis de conscientização.

A relação entre o turismo e as questões ambientais teve um progresso, que se ilustra abaixo:

Tabela 1 – Relação entre meio ambiente e turismo.

Década	Meio ambiente	Atividade turística
Anos 50	Desfrutar e utilizar Visão de recursos como "renováveis"	Exploração intensa. Início do turismo de massa
Anos 60	Conscientização. Intervenção pública. Protestos e manifestações	Desenvolvimento/crescimento rápido. Centrado nos atrativos naturais.
Anos 70	Institucionalização. Preocupação com a contaminação do ar, água e paisagem (poluentes e resíduos).	Crescimento e sucesso. Marketing. Estudos de impacto e avanços no mundo acadêmico.

Fonte: tabela criada pela autora

O conceito de sustentabilidade mais difundido é o de “satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de satisfação das gerações futuras” (IRVING, 2003). Isoladamente, este conceito não permite aprofundamento, pois pode ser considerado vago.

Na definição de desenvolvimento sustentável observam-se aspectos comportamentais: “o processo que permite o desenvolvimento sem degradar ou esgotar os recursos que tornam possíveis o mesmo desenvolvimento” (FOLADORI, 2003).

Já o conceito de crescimento sustentável tem sido ligado ao conceito de meio ambiente, mas de maneira mais global e interativa, com aspectos econômicos e socioculturais. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável está baseado num conceito mais amplo de desenvolvimento turístico, que envolve, necessariamente, critérios sobre o meio ambiente socioculturais e econômicos.

Na maioria das vezes, o termo sustentabilidade acaba sendo relacionado ao ambiente, mas existem dimensões importantes a considerar. A sustentabilidade social vem antes, ou ainda, é a própria razão do desenvolvimento, considerando-se a probabilidade de um colapso social antes mesmo de uma catástrofe ambiental.

Alguns autores afirmam que a sustentabilidade ambiental vem em decorrência da sustentabilidade cultural; e ainda, que a sustentabilidade econômica aparece como uma necessidade, mas não como condição prévia, pois os transtornos econômicos trazem consigo transtorno social e, por conseqüência, a destruição da sustentabilidade ambiental. Fala-se ainda em sustentabilidade política, pois a governabilidade política é fundamental ao processo de desenvolvimento e conservação da biodiversidade.

Considerando-se estas relações, pode-se concluir que são bastante amplas e estão ligadas a três fatores importantes: qualidade, continuidade e equilíbrio.

Analisa-se então a relação entre ecoturismo e sustentabilidade, especialmente no contexto do nosso país. A discussão do ecoturismo no Brasil é bastante recente, e somente em 1994 a Embratur lançou a publicação “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”. Nesse documento, o ecoturismo é definido como

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista

por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

O conceito implica, destarte, em valorização de patrimônio natural e cultural e em compromisso com o bem-estar das populações locais; ou seja, o ecoturismo é entendido como modalidade de “turismo sustentável”, e não apenas como um segmento de atividade turística, centrado exclusivamente no “bem natural”. Esse conceito é também adotado por Ceballos-Lascurain (1993, p. 22), segundo o qual

ecoturismo é entendido como viagem ambientalmente responsável e visitação de áreas naturais relativamente preservadas, no sentido de vivenciar e apreciar a natureza, que promove a conservação, tem baixo impacto e promove, de forma benéfica, o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais.

Essas propostas representam balizadores importantes, porém o ecoturismo tem sido difundido equivocadamente como uma modalidade de turismo na qual o bem natural é o único atrativo, sendo quase inexistente a preocupação com as comunidades locais. Numa proposta de manutenção de recursos naturais e culturais, deve estar contido um compromisso de justiça social e equidade de oportunidades, numa visão coletiva e solidária.

Esse compromisso só pode ser alcançado se a relação do turismo com o ambiente estiver pautada na vivência e na afetividade, ou seja, no envolvimento pessoal das pessoas com o tema. Para isso, é indubitável a importância do papel da educação ambiental, que será pormenorizada no capítulo cinco.

A Agenda 21, compromisso internacional firmado durante a Rio 92, definiu como prioridade para o alcance dos objetivos da proposta de desenvolvimento sustentável o estabelecimento, a adoção e a implementação de códigos de conduta para as indústrias. Segundo o artigo 30 do texto, “[...]negócios e indústria, incluindo corporações transnacionais, devem ser encorajados a adotar e relatar sobre a implementação de códigos de conduta que promovam melhores práticas ambientais” (OMT, 2002).

2. RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS

Os lugares turísticos, especialmente aqueles associados à existência de recursos naturais específicos, têm sido desenvolvidos através de

planejamentos turísticos mediante a utilização intensiva do território, sendo este entendido como um bem de fácil e livre acesso.

As políticas adotadas em cada local turístico giram em torno dos elementos fundamentais, como o uso do solo, a legislação urbanística ou o controle de recursos ambientais. Estas afetam não somente a escolha do turista, mas especialmente a comunidade local em toda a amplitude social, econômica e cultural.

Não obstante, antes mesmo de se iniciar o desenvolvimento do planejamento turístico de uma localidade, a temática fica por conta dos recursos ou de seu valor turístico. Expressões como recurso, oferta ou produto turístico por vezes são utilizadas como se fossem sinônimos, o que pode provocar equívocos nos processos de planejamento turístico.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2002) estabelece um conceito dos termos patrimônio turístico e recurso turístico. Patrimônio turístico é o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens - materiais ou não - à disposição do homem, que podem ser utilizados mediante um processo de transformação para satisfazer suas necessidades turísticas. Recursos turísticos são todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade do homem e dos meios com que contam, tornam possível a atividade turística e satisfazem às necessidades da demanda.

Desta forma, pode-se concluir que o patrimônio turístico constitui a matéria-prima sobre a qual deve ser desenvolvido o planejamento turístico (programa de atuações) para se obter um recurso turístico, que com a atividade de exploração pode-se denominar produto turístico.

Vários autores desenvolveram metodologias para a classificação dos recursos turísticos. A metodologia apresentada a seguir é aquela adotada pela Organização dos Estados Americanos – OEA (OMT, 2002), que, além de classificá-los, mantém a proposta de priorização e valorização destes:

- Espaços naturais: são aqueles lugares que têm valor paisagístico, à margem de seus equipamentos e instalações (fauna, flora, pesca, caça).
- Museus e manifestações cultural-históricas: são o conjunto de recursos de natureza cultural que têm valor artístico, histórico ou monumental.
- Folclore: são todas as manifestações relacionadas ao acervo cultural, aos costumes e às tradições populares.

- Realizações técnicas, científicas e contemporâneas: são recursos que, por sua singularidade ou alguma excepcionalidade, têm interesse turístico.
- Acontecimentos e programas: aglutinam todas as manifestações e eventos organizados que possam ter capacidade atrativa para os turistas.

Vale lembrar que cada uma dessas categorias pode ser dividida em outra menor, de modo a permitir um detalhamento dessa classificação. Sugere-se ainda o levantamento das prioridades através de uma tabela hierárquica que vai de 0 a 3, conforme a classificação do atrativo (pouco ou muito relevante).

De conhecimento desses conceitos e definições, não é difícil visualizar o gigantesco potencial dos municípios lindeiros. Quando dispersos, os recursos que lá se encontram têm se mostrado incapazes de promover o desenvolvimento nos limites de sua capacidade. Tratar cada um desses recursos, sem dúvida, é tarefa para um riquíssimo documento, que seria o inventário turístico regional.

Tentar-se-á, a partir de agora, enumerar, ainda que injustamente, aqueles recursos que mediante uma análise mais detalhada poderiam ser confirmados como os mais relevantes.

O reservatório de Itaipu, mencionado anteriormente como “ponto comum” dos municípios, seria o primeiro a ser citado. São várias as opções, quase todas relacionadas ao lazer nas modalidades de esportes náuticos, pesca desportiva, entre outros. Diversas outras atividades relacionadas ao ecoturismo poderiam ser desenvolvidas, fomentando assim a sensibilização e o envolvimento com as questões do ambiente local.

Outro recurso bastante interessante é a própria construção da Usina de Itaipu. A obra, monumental, já foi considerada por especialistas de renome mundial como uma das sete maiores obras de engenharia do mundo. E toda essa grandiosidade tem sido reconhecida, inclusive turisticamente. O avanço possível nesta área seria “regionalizar” a obra como destino de visitação turística, fazendo com que os benefícios da exploração do turismo ecoem por toda a região dos municípios lindeiros.

Bastante relevantes, mas geralmente deixados à margem das discussões, são os aspectos culturais e sociais. É sabido que o repasse dos *royalties* da Itaipu Binacional mudou significativamente a estrutura dos municípios da região. Os índices relacionados à qualidade de vida - como emprego, renda, habitação, educação, saúde e lazer - são bem diferentes dos observados em outros municípios do país. Este fato pode configurar-se em um

indicador de uma população preparada para receber turistas, ou ainda, de uma mão-de-obra “pré-qualificada” para o desenvolvimento do turismo.

Falar dos recursos ou atribuir a estes um “valor” (mais ou menos relevante) não é tarefa fácil. Por mais preparado ou especialista que seja o profissional, ao emitir tais pareceres sempre irá permanecer a dúvida: Recursos mais ou menos relevantes na perspectiva de quem? E os moradores? Os turistas poderão interessar mais em visitar este ou aquele atrativo, mas o que pensa a população de receber tais turistas?

Os conflitos entre visitantes e populações locais são amplamente discutidos na literatura. Em estágios mais elevados, estes conflitos podem conduzir determinado destino turístico ao fracasso. Além disso, não é necessário dizer que em território de conflito a conservação e a sustentabilidade são quase sempre utópicas.

Sabemos que a atividade turística pode ser considerada como uma via de duas mãos: pode ajudar a estimular o interesse dos moradores pela própria cultura, por suas tradições, costumes e patrimônio histórico, que podem potencializar o atrativo turístico do lugar. Os elementos culturais de valor para os turistas são recuperados e conservados, para que possam ser incluídos na atividade turística. Esse despertar cultural pode constituir-se numa experiência positiva para os moradores, dando-lhes certa conscientização sobre a continuidade histórica e cultural de sua comunidade.

O mesmo se pode dizer dos recursos naturais: um entorno bem conservado tem valor real para a atividade turística, portanto, também para a economia local e nacional, e o turismo pode contribuir para a revalorização do entorno de uma região.

É justamente desta consciência que a comunidade local necessita: conhecer o “bônus” e o “ônus” da atividade turística. Sabendo do potencial de geração de emprego, de distribuição de renda, de melhoria de infraestrutura e saneamento, fomento da economia regional e intercâmbio cultural, toda a população se envolve no desenvolvimento e no planejamento turístico; mas é importante também que todos saibam que a conservação dos recursos, especialmente os naturais (mas também os culturais) é fundamental para a sustentabilidade. É aí que se insere a educação ambiental.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental que se aborda neste trabalho está intimamente relacionada ao desenvolvimento sustentável que se propõe. Assim sendo, para introduzir as ponderações sobre educação ambiental,

apresentam-se a seguir os princípios do desenvolvimento sustentável divulgados pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2002):

- O planejamento do turismo e seu desenvolvimento devem ser parte das estratégias do desenvolvimento sustentável de uma região, estado ou nação. Esse planejamento deve envolver a população local, o governo, as agências de turismo, etc. para que consiga os maiores lucros possíveis.
- Agências, associações, grupos e indivíduos devem seguir princípios éticos que respeitem a cultura e o meio ambiente da área, da economia e do modo tradicional de vida, do comportamento da comunidade e dos princípios políticos.
- O turismo deve ser planejado de maneira sustentável levando em consideração a proteção do meio ambiente.
- O turismo deve distinguir os lucros de forma equitativa entre os promotores de turismo e a população local.
- É essencial ter boa informação, pesquisa e comunicação da natureza do turismo, especialmente para moradores do local, dando prioridade para um desenvolvimento duradouro, que envolva a realização de uma análise contínua e um controle de qualidade sobre os efeitos do turismo.
- A população deve se envolver no planejamento e no desenvolvimento dos planos locais junto com o governo, os empresários e outros interessados.
- Ao iniciar um projeto, há necessidade de realizar análise integrada do meio ambiente, da sociedade e da economia, dando enfoques distintos aos diferentes tipos de turismo.
- Os planos de desenvolvimento do turismo devem permitir à população local que se beneficie deles ou que possa explicar as mudanças que se produzem na situação inicial.

Quadro 2 – Princípios para o Desenvolvimento Sustentável – OMT

Observa-se que nestes oito princípios, a “comunidade” está indiretamente relacionada, sendo mencionada diretamente em sete deles.

As tendências qualitativas indicam uma diversificação do turismo a partir de uma especialização progressiva do turista e o aumento do interesse pelas denominadas “férias de atividade”, em contraposição ao turismo convencional. Isso significa um aumento do interesse dos países desenvolvidos pelas culturas “exóticas”, busca por áreas naturais e menos impactadas e interesse por assuntos ambientais e ligados à natureza (ecoturismo).

A proposta de educação ambiental como o amálgama da relação entre espaços naturais e fins turísticos é bastante complexa. Na busca pela sustentabilidade, a educação ambiental deve ser colocada como questão central. O modelo de desenvolvimento voltado à qualidade de vida, à democratização de oportunidades, à justiça social e à conservação de recursos naturais coloca a natureza como foco central, ultrapassando a linearidade de passado-presente-futuro e considerando a própria sobrevivência da espécie humana.

Essa deve ser a abordagem da educação ambiental: não apenas conservar para as próximas gerações, mas conservar pela manutenção da espécie humana.

Com relação ao ecoturismo, vale lembrar que em muitos locais onde é comum esta prática, as comunidades percebem a qualidade

de vida na atividade turística (e seus benefícios, empregos gerados, etc.) e não nos recursos naturais. Essa distorção é que torna indissociáveis a educação ambiental e ecoturismo.

Outro fator importante que reforça ainda mais a urgência de uma educação ambiental estruturada em toda a base da comunidade é o fato de que o ecoturismo tem sido entendido e difundido equivocadamente como uma modalidade de turismo na qual o bem natural é o único atrativo, enquanto as iniciativas qualificadas como “ecoturísticas” que se implantam, por vezes são oportunistas e descomprometidas, fragilizando ainda mais os ambientes.

Meyer (1991) define educação como “um processo de aprendizagem de conhecimento e exercício de cidadania, que capacita o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente no espaço social”. Este conceito orienta a abordagem de educação ambiental neste trabalho: conhecimento, cidadania, visão crítica e atuação consciente.

Na tabela a seguir, apresenta-se um histórico das discussões, publicações suas abordagens e propostas sobre educação ambiental no mundo:

Tabela 2 – Principais documentos e propostas sobre educação ambiental

Documento	Ano	Enfoque/Proposta
“Conferência de Keele”	1965	Incorporar a dimensão ambiental à escola como parte da educação
“ <i>The limits of Growth</i> ”	1968	Condena a busca incessante pelo crescimento da economia
“Declaração sobre o Ambiente Humano”	1972	Recomenda Programa internacional de educação ambiental
“Carta de Belgrado”	1975	Nova ética global comprometida com a erradicação da pobreza, fome, analfabetismo, poluição, dominação e exploração humana
“Conferência de Tbilisi”	1977	Premissas básicas para o desenvolvimento, integração do conhecimento, consideração da identidade cultural e códigos locais no processo educacional
“22ª Conferencia Geral da Unesco”	1983	Nova ética baseada em atitudes e condutas individuais e coletivas para proteção e melhoramento do meio ambiente

"Nosso Futuro Comum"	1987	Agenda global para a mudanças, oficializada e legitimada a proposta de desenvolvimento sustentável.
"Agenda 21"	1992	ONGs passam a incorporar a educação ambiental como prioridade

Fonte: tabela criada pela autora

Especialmente a última publicação mencionada influenciou significativamente os projetos de desenvolvimento turístico e educação ambiental no Brasil. Os processos e discussões a este respeito se intensificaram especialmente com a ampliação gradual de oportunidades de capacitação e formação de pessoal especializado e a atuação e ONGs.

Não obstante, por diversas razões, a educação ambiental no Brasil ainda tem caráter segmentado e amador em relação às demandas de projetos integrados de maior complexidade. A atenção tem sido centrada no ensino formal (ensino fundamental e ensino médio), sendo poucos e recentes os trabalhos com as comunidades receptivas de um modo geral. Apesar de ser uma premissa essencial para o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental ainda é vista por políticas públicas como secundária.

As iniciativas ou metodologias dirigidas à sensibilização ambiental do turista ou à mobilização do setor empresarial para temas ambientais são praticamente inexistentes. Sob a ótica metodológica, é fundamental que as iniciativas em educação ambiental considerem a linguagem, a cultura e o comportamento dos diversos atores envolvidos, evitando a repetição de fórmulas ou formatos "padronizados", muitas vezes de baixa aplicabilidade. Devem ser consideradas as peculiaridades locais e a realidade dos atores envolvidos.

É nessa perspectiva que se torna fundamental a participação e o envolvimento da comunidade local em todo o processo, ou seja, na construção da consciência a partir da percepção da comunidade com relação ao bem natural.

Neste ponto, percebe-se novamente a intersecção entre sustentabilidade e educação ambiental:

- a sustentabilidade depende ou está baseada no envolvimento da comunidade;
- o envolvimento da comunidade depende do conhecimento, da cidadania, da visão crítica e da atuação consciente (premissas da educação).

As técnicas de elaboração e desenvolvimento de um planejamento turístico contemplam a educação ambiental. A proposta, neste trabalho, é de um programa de educação ambiental que transcende o “tradicional” envolvimento para o fomento da atividade turística e a qualificação da mão-de-obra receptiva. Os tópicos abaixo são apresentados como alicerces de um programa de educação ambiental e do próprio desenvolvimento sustentável:

- buscar a participação e o envolvimento da comunidade nas etapas iniciais de levantamento de potencialidades e na determinação do “valor” dos atrativos, para assim determinar aqueles atrativos com os quais a comunidade mais se identifica, que ela mais valoriza, e conseqüentemente, mais “preserva”;
- buscar identificar, na perspectiva da comunidade local, os elementos culturais mais importantes, evidenciando seu potencial turístico e as formas de mercantilização (transformação em produto turístico);
- envolver a comunidade local nas decisões sobre os caminhos para o desenvolvimento turístico (eventos, esportes, ecoturismo, gastronômico, entre outros).
- conscientizar a comunidade sobre os benefícios do turismo planejado e os riscos de turismo de massa de maneira simultânea, enfatizando a importância de práticas conservacionistas (para bens naturais e culturais);
- desenvolver parcerias e favorecer a transferência de informações e conhecimento entre as esferas política e social, bem como entre os municípios envolvidos;
- disseminar o “conceito” de turismo regionalizado estabelecendo entre as cidades as parcerias necessárias para a democratização dos resultados da atividade turística.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, muito se fala no Brasil e no mundo dos benefícios do turismo. Desde a instituição legal das férias trabalhistas, grande parte dos brasileiros faz da prática do turismo a principal atividade de lazer familiar.

Mais recentemente, com o crescente estresse da vida cotidiana e o caos das grandes cidades, as férias anuais têm sido pulverizadas e os feriados e finais de semana estão se tornando uma verdadeira “instituição”, em que não podem faltar as viagens de lazer.

Nas campanhas eleitorais, a atividade turística volta à cena. Na maior parte das plataformas políticas é citada principalmente por seu potencial

de geração de emprego e distribuição de renda. Ou ainda, o turismo é citado como a “indústria sem chaminés”, pois não polui o ambiente.

Nos discursos ambientais, também são enfatizados os benefícios da atividade enquanto veículo de educação ambiental, de conscientização da importância de as sociedades voltarem seus olhos à natureza.

Em âmbito global, o turismo é muitas vezes mencionado como a “indústria da paz”, por promover o respeito e a tolerância entre os povos e sua cultura. Em âmbito nacional e até estadual, pode-se mencionar a grande quantidade de pequenos municípios que têm a atividade turística como sua tábua de salvação, ou seja, única atividade capaz de fomentar a economia e gerar emprego através da exploração de recursos que não demandam (ou demandaram) grandes investimentos por parte do poder público.

Existem, por outro lado, contrapontos para cada uma dessas colocações que, por serem conseqüência ou situação derivada, se faz necessário apresentar. A preocupação política em buscar o desenvolvimento é salutar e extremamente benéfica quando a preocupação com a sustentabilidade é mantida.

Fomentar o desenvolvimento do turismo através de investimentos centralizados pode não oferecer à comunidade uma equivalência de “bônus”. A construção de megaempreendimentos com investimentos externos à comunidade pode configurar-se num formato excludente de turismo. Ou seja, quando a comunidade local, sua cultura, suas peculiaridades e seu envolvimento não são enfatizados, pode instalar-se uma mera e involuntária condição de “exploração” (mão-de-obra, recursos naturais, etc.).

A fragilidade do ambiente ao turismo de massa também é evidenciada na literatura. As “chaminés” do turismo estão na sobrecarga dos sistemas de saneamento e coleta de lixo, nos hábitos de consumo e no possível conflito cultural entre populações locais e visitantes.

Podem-se mencionar ainda, os recentes casos de manifestações de hostilidade, especialmente contra excursionistas (vulgarmente chamados de farofeiros), e até mesmo de violência contra turistas internacionais.

Esses contrapontos poderiam nos remeter à “ausência de planejamento turístico”, mas talvez não seja este o caso. Talvez seja menos arriscado dizer que estes contrapontos nos remetem à “falência das premissas” de certos planos de desenvolvimento turístico (ou planejamento turístico).

Para os municípios lindeiros, o turismo pode representar dois caminhos:

1º - receber um razoável número de turistas conscientes da importância das “belezas naturais artificiais” da região, interessados

na cultura e no modo de vida peculiares à comunidade local, que não sobrecarregam os sistemas de transporte, saneamento, rede de consumo, que consomem um produto turístico regional (por exemplo, atrativos gastronômicos sediados num município, os eventos em outro, o culto religioso em outro, os esportes radicais em outro, a pesca desportiva em outro...).

2º - ou receber um grande número de turistas em busca de sol e “praia”, que também geram receitas ao comércio local, mas de maneira sazonal; que também consomem a cultura regional, mas numa relação de consumo sem a construção de relacionamento e vínculo; que clamam sempre por mais atrativos (como parques aquáticos, por exemplo) e investimentos pesados; que costumam centralizar seu gasto e consumo numa única cidade; que são ao mesmo tempo fiéis aos atrativos, mas sensíveis aos aumentos de preços.

Não se pretende aqui estabelecer juízo de valor e indicar aquele caminho que é “o melhor” ou “o pior”. O que se pretende é estabelecer uma alternativa para o desenvolvimento do turismo com ética e sustentabilidade. Também não se trata de uma proposta de planejamento turístico, mas sim, de novas premissas para o planejamento da sustentabilidade, em que a educação ambiental se apresenta como condição *sine qua non*.

REFERÊNCIAS

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **The IUNC ecotourism consultancy programme**. México: [s. n.], 1993.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

IRVING, Marta A. Turismo e ética: premissa de um novo paradigma. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL: Turismo com ética, 2, 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [s. n.], 1998.

MEYER, M. Educação Ambiental: uma proposta pedagógica. **Em aberto**, Brasília, v. 10, n. 49, 1991.

IRVING, Marta A.; AZEVEDO, Julia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Futura, 2003.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo. Introdução ao Turismo. São Paulo: Rocca, 2002.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo. Agenda 21 for travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development. Madri: [s. n.], 1994.

CUIDANDO do Planeta Terra. **Uma estratégia para o futuro da vida**. Publicação conjunta. São Paulo: UICN/PNUMA/WWF, 2003.

WALKER, John R. **Introdução à Hospitalidade**. São Paulo: Manole, 2002.

HISTÓRICO da Itaipu. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br>>. Acesso em: 26 set 2004.